

A PRÁXIS LIBERTADORA EM PAULO FREIRE: PRODUÇÃO DE SABERES DA RESISTÊNCIA

Cecilia Maria Mourão Carvalho ¹

RESUMO

O texto se constrói a partir das aulas do curso “Como Alfabetizar com Paulo Freire” oferecido pelo Instituto Paulo Freire, por meio da EaD Freiriana e tem o objetivo de analisar as práticas alfabetizadoras propostas e pressupostos do curso, na perspectiva da construção dos saberes da resistência. De cunho exploratório, busca na pesquisa bibliográfica e nas aulas do curso, resposta à seguinte questão: Tendo em conta a práxis libertadora em Freire, como as práticas alfabetizadoras podem ser planejadas no sentido de produzir saberes da resistência? Os resultados apontam que as abordagens do curso e a bibliografia utilizada reafirmam a autenticidade da práxis libertadora de Freire para construção de saberes da resistência no processo de alfabetização.

Palavras-chave: Paulo Freire, Alfabetização, Práxis libertadora, Saberes da resistência.

INTRODUÇÃO

Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. (FREIRE, 2002, p. 31)

A teoria do conhecimento freiriana abarca, em seus postulados, toda uma concepção de educação que se vincula ao exercício criativo e autêntico de uma práxis revolucionária e libertadora. A educação como prática da liberdade é constituída por uma significação comungada por sujeitos ativamente envolvidos no ato de conhecer, sejam eles educadores ou educandos. É dessa forma que a leitura do mundo e a leitura da palavra se interconectam e vão se constituindo elementos basilares da práxis libertadora rumo à desocultação da ideologia dominante, derrubando o “homem-objeto” e forjando o “homem-sujeito”.

Assim, já não há mais espaço para uma educação revestida de uma roupagem alienante, opressora e ocultadora de uma realidade social injusta e excludente. A educação

¹ Docente na Universidade do Estado da Bahia – Campus X. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, cmourao@uneb.br;

bancária, é definida por Freire como uma concepção equivocada, já que os educandos são limitados em sua margem de ação a receberem apenas depósitos de conhecimentos que devem ser memorizados e repetidos. (FREIRE, 1987)

Na contramão, o horizonte da pedagogia freiriana é a conscientização e esta não pode existir fora da práxis, sem o ato ação-reflexão. “Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (FREIRE, 1979, p. 15). Da mesma forma, a inserção crítica na realidade e alcance da conscientização não é de caráter individual, mas social, uma vez que o homem não é um ser abstrato, mas um ser concreto, situado em uma estrutura social, com uma leitura do mundo que é o ponto de partida para o trabalho educativo.

Uma vez contextualizada a questão pesquisa, cumpre expor o ponto de partida desse trabalho e seu objetivo. O texto se constrói a partir das aulas do curso “Como Alfabetizar com Paulo Freire” oferecido pelo Instituto Paulo Freire, por meio da EaD Freiriana, de dezembro de 2019 a maio 2020, e tem o objetivo de analisar as práticas alfabetizadoras propostas e pressupostos do curso, na perspectiva da construção dos saberes da resistência. Parte da seguinte questão norteadora: Tendo em conta a práxis libertadora em Freire, como as práticas alfabetizadoras podem ser planejadas no sentido de produzir saberes da resistência?

Nesse sentido, os saberes da resistência são aqueles que advêm da consciência crítica, construídos por meio de uma práxis dialógica e libertadora. Freire fala de resistência e indignação e do direito e dever dos traídos e enganados de se rebelarem contra as transgressões éticas de que são vítimas (FREIRE, 2002). Dessa forma, aduz que “[...] as resistências, a orgânica e/ou a cultural, são manhas necessárias à sobre-vivência física e cultural do oprimido”. (FREIRE, 2002, p. 31)

Por meio de Freire, entende-se que ação sobre o mundo compreende uma resistência crítica dos sujeitos às artimanhas da ideologia fatalista dominante. Assim, a superação da realidade injusta e opressora se torna a tarefa primordial da pedagogia crítica, que rejeita a acomodação, já que essa expressa a ‘desistência da luta pela mudança’.

METODOLOGIA

O trabalho tem caráter exploratório e o percurso da investigação envolveu algumas fases. Após escolha do assunto, formulação do problema de pesquisa e elaboração do plano que visa buscar as respostas às questões formuladas, partiu-se para o levantamento de material bibliográfico.

No contexto de produção do conhecimento, a pesquisa bibliográfica permite a busca de soluções para o problema de pesquisa. Gil (1994) considera que a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

No levantamento de material bibliográfico foram utilizados alguns livros relacionados ao objeto de estudo. Os principais foram os de Freire (1967; 1979; 1987; 2002) e as aulas do curso “Como alfabetizar com Paulo Freire”, organizado pelo Instituto Paulo Freire, por meio da EaD Freiriana (2019).

Foi realizada a leitura crítico, reflexiva e interpretativa, com identificação de informações e dados necessários para proceder à análise das proposições. Por fim a elaboração da síntese integradora, que é o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão do material de estudo.

Na estrutura do trabalho, num primeiro momento, apresenta-se os fundamentos freirianos da práxis alfabetizadora, em seguida discute a proposta do curso a partir de uma contextualização das concepções de alfabetização em Freire, por fim, apresenta o diálogo com outros fundamentos que configuram a reinvenção da práxis alfabetizadora articulada a uma perspectiva crítico-social e histórico-humanizadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 A PRÁXIS ALFABETIZADORA EM PAULO FREIRE

O termo práxis em Freire envolve outras categorias como dialogicidade, autonomia, ação-reflexão e é definido por Rossato (2010, p. 574) como “a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a conseqüente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”.

Freire define a práxis como “teoria do fazer”, “não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente”. (FREIRE, 1987, p. 72). Assim a compreensão de práxis em Freire, é contrária às ideias de alienação e domesticação, e culmina num processo de atuação consciente, “a práxis torna-se um produto sócio-histórico próprio do homem consciente que faz da sua presença no mundo uma forma de agir sobre o mesmo”. (ROSSATO, 2010, p. 576).

Assim, o trabalho na alfabetização numa perspectiva freiriana, não acontece num vazio teórico, mas vem permeado de sentidos e significados para os sujeitos. Para que essa prática alfabetizadora não colida com os princípios de uma educação libertadora, há que se ter sempre como ponto de partida e de chegada a realidade social dos educandos, reconhecendo-os como sujeitos produtores de cultura e portadores de conhecimentos.

Para desenvolver a capacidade de ler criticamente o mundo e transformá-lo, as condições de conhecer melhor os sujeitos e seus contextos precisam ser criadas, o que exige aproximação crítica para identificar situações significativas. Nessa perspectiva o trabalho deve valorizar os saberes dos educandos e posicioná-los como protagonistas do ato educativo.

Foi assim que o Método Paulo Freire logrou êxito nos diversos contextos nos quais foi desenvolvido devido à proximidade com palavras e temas estudados, que faziam todo sentido para o educando, uma vez que este logo se identificava com os elementos do processo pedagógico. No tempo histórico no qual se utilizava apenas o “Ivo viu a uva” para alfabetizar tanto crianças, quanto adultos, Paulo Freire se viu profundamente incomodado e indignado com enorme quantidade de pessoas no Brasil privadas do direito de ler e escrever e, sendo alguém comprometido e intensamente implicado com as causas da classe trabalhadora, projetou uma prática alfabetizadora que ultrapassava a simples codificação/decodificação e ampliava a leitura do mundo do alfabetizando possibilitando-o ser sujeito de sua própria história.

A ampliação da leitura do mundo envolve o diálogo tornado ação política e transformadora. Pensar a formação do educando para além do aprendizado da leitura e da escrita, é se entrelaçar às dinâmicas mobilizadoras que, sensivelmente e amorosamente, percebem os sujeitos para além de suas necessidades imediatas.

A defesa de uma prática que inclua e não que enquadre, é uma lógica que vem permeada de sentido e repleta do compromisso para com aqueles que tem visto a negação

de direitos se acirrar nos últimos tempos. As estratégias didáticas delineiam os caminhos para uma aprendizagem significativa, que contribui para ampliação da leitura de mundo dos educandos a partir do diálogo, da “Pedagogia da Pergunta”, que cria um “cerco epistemológico” de forma a promover o “conflito cognitivo” e levar o educando à reflexão e compreensão da realidade, tendo em vista sua transformação.

A perspectiva freiriana concebe o ato de alfabetizar como um processo libertador e pensar libertação implica em pensar alienação. A educação precisa assumir a responsabilidade pela “conscientização” e o educador tem um papel preponderante no que diz respeito às “sucessivas análises da realidade”, processo permeado pelo diálogo, pelo respeito, pela amorosidade e também pela “justa raiva” como diria Freire.

As práticas de leitura na alfabetização constituem temática de extrema relevância para os alfabetizadores, já que propostas significativas de leitura são necessárias tendo em vista a inserção na cultura letrada. A alfabetização com o ba-be-bi-bo-bu se utiliza de pseudotextos que só fazem sentido no contexto escolar, para a mecânica de memorização das famílias silábicas e de um vocabulário restrito, mas a leitura na perspectiva freiriana vai muito além da decodificação do código escrito. O educando vai ampliando sua leitura do mundo pela observação atenta e crítica do que ocorre a sua volta. Em Freire, o ato de ler “se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”, assim novas cartilhas são construídas, mas com a autoria daqueles que vão criticamente se tornando sujeitos de sua própria história.

Quando Freire nos deixa em 1997, Frei Betto escreve

‘Ivo viu a uva’, ensinavam os manuais de alfabetização. Mas o professor Paulo Freire, com o seu método de alfabetizar conscientizando, fez adultos e crianças, no Brasil e na Guiné-Bissau, na Índia e na Nicarágua, descobrirem que Ivo não viu apenas com os olhos. [...] Ivo viu também que a uva é colhida por bóia-frias, que ganham pouco, e comercializada por atravessadores, que ganham melhor. Ivo aprendeu com Paulo que, mesmo sem ainda saber ler, ele não é uma pessoa ignorante. Antes de aprender as letras, Ivo sabia erguer uma casa, tijolo a tijolo. [...] Ivo viu a uva e Paulo Freire mostrou-lhe os cachos, a parreira, a plantação inteira. Ensinou a Ivo que a leitura de um texto é tanto melhor compreendida quanto mais se insere o texto no contexto do autor e do leitor. É dessa relação dialógica entre texto e contexto do autor e do leitor que Ivo extrai o pretexto para agir. No início e no fim do aprendizado é a práxis de Ivo que importa. Práxis-teoria-práxis, num processo indutivo que torna o educando sujeito histórico. [...] Agora Ivo vê a uva, a parreira e todas as relações sociais que fazem do fruto festa no cálice de vinho, mas já não vê Paulo Freire, que mergulhou no Amor na manhã de 2 de maio de 1997. [...]

Frei Betto apresenta ternamente, em poucas linhas, as ideias basilares de toda a proposta educativa de Freire. O homem como sujeito de sua própria história, produtor de

cultura, valorizado em seus saberes, capaz de ampliar sua leitura de mundo por meio de uma educação libertadora, em interação com os outros e com o mundo que o circunda, afinal é a práxis do sujeito que importa, seja no início ou no fim do aprendizado.

O estudo sobre a atualidade do legado de Freire, evidencia que muitas barreiras, no ensino da leitura, ainda não foram transpostas. Por razões técnicas, políticas ou epistemológicas, a educação e os educadores ainda caminham cambaleando e sendo alvejados por propostas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que não dão o devido valor à formação proposta por Freire, pois estão a serviço de interesses mercadológicos. A quem interessa formar cidadãos críticos e participativos, que descubram em seu percurso formativo que é insuficiente ver apenas a uva? Freire afirma que “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvidas de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. (-2002, p. 38).

Numa proposta freiriana de alfabetização, a leitura é o ponto de partida para todo aprendizado, daí a importância de estar conectada com a magia da descoberta também no ambiente escolar. A leitura na escola precisa fazer sentido e ter um objetivo assim como é na sociedade letrada.

Sobre o trabalho com os gêneros textuais, partindo da premissa de que alfabetizar é adentrar à cultura escrita, os materiais precisam ser ricos em informações, o que não ocorre com a cartilha. É nessa mesma perspectiva que Lerner (2002) afirma

Ensinar a ler e a escrever é um desafio que transcende amplamente a alfabetização em sentido estrito. O desafio que a escola enfrenta hoje é o de incorporar todos os alunos à cultura do escrito, é o de conseguir que todos seus ex-alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. (LERNER, 2002, p. 15)

Formar leitores e escritores, não só de palavras, mas do mundo, só é possível por meio da utilização de textos que, devidamente inseridos em um planejamento, ofereçam a possibilidade de formar cidadãos da cultura escrita. O trabalho ultrapassa o espaço da sala de aula e invade os corredores e pátio da escola, por meio de jornais murais, exposições... e vai muito além, alcança as famílias e toda a comunidade num movimento de construção e reconstrução dos saberes que circulam socialmente. Novamente Lerner contribui para o debate quando assevera que

O necessário é fazer da escola um âmbito onde a leitura e escrita sejam práticas vivas e vitais onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir. (LERNER, 2002, p. 18)

O que faremos com os conhecimentos que construímos? Nesse sentido, a transformação da escola e das práticas alfabetizadoras está em nossas mãos, como afirma Lerner, é uma responsabilidade que precisamos assumir.

Pode-se observar que a perspectiva freiriana de alfabetização na atualidade não se resume às práticas desenvolvidas em Angicos, mas incorpora as contribuições das pesquisas que não se limitam a uma alfabetização como ato mecânico de memorização, antes consideram os sujeitos, seus saberes e construções a respeito da escrita que iniciam muito antes do acesso à escola.

2 FUNDAMENTOS PROPOSTOS NO CURSO “COMO ALFABETIZAR COM PAULO FREIRE”

A alfabetização continua sendo um grande desafio no Brasil de 2020 com mais de 11 milhões de analfabetos (IBGE, 2019). Pensar na alfabetização, numa perspectiva emancipadora e humanizadora, é reafirmar a atualidade do pensamento freiriano e a pertinência do mesmo para nosso contexto atual, proposta que foi abraçada pelo Instituto Paulo Freire ao oferecer o Curso “Como Alfabetizar com Paulo Freire”.

O Curso, por meio de dezesseis videoaulas, divididas em dois módulos, debateu temáticas relacionadas à alfabetização numa perspectiva freiriana: O método Paulo Freire, a leitura do mundo, o universo vocabular, a palavra geradora, o tema gerador, o diálogo, a conscientização, a politicidade do ato educativo, a psicogênese da língua escrita, a etnomatemática, a oralidade, práticas de leitura e escrita, avaliação, os gêneros textuais, as múltiplas linguagens, materiais didáticos e outras temáticas que perpassaram a discussão desses temas centrais. Além das videoaulas na plataforma do curso havia fóruns para discussão, postagem de comentários reflexivos e interação com os cursistas e professores do curso.

As aulas aproximavam os cursistas da teoria do conhecimento freiriana por meio de testemunhos vivos e expoentes do pensamento de Freire no Brasil e no mundo, que tiveram uma relação direta com o mesmo enquanto desenvolvia seu trabalho e produzia suas reflexões acerca da educação libertadora, dentre eles, Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti, Paulo Roberto Padilha, Ângela Antunes, Sônia Couto, Sheila Ceccon, que apresentaram facetas importantes da alfabetização, considerando o legado freiriano.

No processo de reflexão a respeito das concepções freirianas da educação como prática da liberdade, recorreu-se a outros pesquisadores/pensadores que dialogam com Freire e contribuem para refletir sobre a alfabetização no contexto capitalista produtor de desigualdades e exclusão. Assim como Freire, Garcia (2004) compreende que a questão do analfabetismo e da alfabetização está atrelada a um projeto de sociedade excludente ou includente e não há dúvidas de que o projeto neoliberal hegemônico é excludente. Garcia afirma que o processo de alfabetização deve se constituir

num rico processo de potencialização dos historicamente condenados ao analfabetismo, sujeitos que vão construindo a sua autonomia no processo de alfabetização, tornando-se autoconfiantes e capazes de ler criticamente a palavra do outro e a escrever criativamente a sua própria palavras. (GARCIA, 2004, p. 27)

Freire coloca que é típico do discurso neoliberal defender o ensino puramente técnico, entendido como mera transmissão de certos conhecimentos necessários às classes populares para a sua sobrevivência. A educação defendida por Freire é contrária às práticas “bancárias” desumanizantes de uma educação que adestra, domestica e doutrina. O horizonte da educação como prática da liberdade é a conscientização, a humanização, a emancipação e a construção dos saberes da resistência. Freire expõe que

o processo de alfabetização política, como o processo linguístico, pode ser uma prática para a “domesticação dos homens”, ou uma prática para sua libertação. No primeiro caso, a prática da conscientização não é possível em absoluto, enquanto no segundo caso o processo é, em si mesmo, conscientização. Daí uma ação desumanizante, de um lado, e um esforço de humanização, de outro. (FREIRE, 1979, p. 16)

Ao testemunhar o método Paulo Freire, na primeira aula, Carlos Rodrigues Brandão, imprime um caráter muito singular ao diálogo de abertura, “coletivizando solidariamente” saberes iluminados pela filosofia educacional freireana na qual a amorosidade, a politicidade, a criticidade, a conectividade e outros princípios estão presentes.

Os círculos de cultura subverteram a lógica autoritária e hierarquizada da educação tradicional, na perspectiva de valorização da cultura popular e inclusão dos marginalizados vistos como chagas para a sociedade. Permitir ao povo dizer a sua palavra, escrever seu pensamento e transformar sua história nunca esteve nos planos da classe dominante, daí o exílio de Freire e esvaziamento político-ideológico de sua proposta no período da ditadura militar. Nesse sentido, os ataques à Freire nesse nosso triste momento

político e histórico, só acontecem por ele ter se posicionado a favor dos “esfarrapados do mundo”.

Ao discutir a alfabetização como Cultura e a educação intertranscultural, Paulo Roberto Padilha explora o conceito de intertransculturalidade a partir de homenagem de Carlos Rodrigues Brandão ao lavrador Antônio Cícero. O diálogo entre Brandão e Ciço, é registrado no livro “A questão política da educação popular” (1986) no prefácio e no posfácio, destacando o modo de viver e conceber a educação desse lavrador. Sobre a função social da escola, sabe-se da pouca inserção da cultura popular em seus currículos e com isso afasta-se dos ricos saberes do povo camponês, indígena, quilombola, dentre outros. Nas palavras de Ciço sobre o que é educação:

[...] não é só pra ensinar aquele ensininho apressado, pra ver se velho aprende o que menino não aprendeu. Então que podia ser um tipo duma educação até fora da escola, sala. Que fosse assim dum jeito misturado com o-de-todo-dia da vida da gente daqui. Que podia ser um modo desses de juntar saber com saber e clarear os assuntos que a gente sente, mas não sabe. [...] Pra toda gente saber de novo o que já sabe, mas pensa que não. Parece que nisso tem segredo que a escola não conhece. (CIÇO APUD BRANDÃO, 1986, p. 197)

Esse jeito misturado, de juntar saber com saber é a exata proposta freiriana de conceber a educação em sua dimensão política, humanizadora e emancipadora. A escola, na maioria das vezes, tem reduzido a educação escolar à mera reprodução. Brandão argumenta que só podemos ser praticantes da Educação Popular quando acolhemos a pessoa do outro, a cultura, os saberes, os diferentes de mim, para dialogar. Assim a prática pedagógica se enriquece, pois somos capazes de incorporar outras culturas.

O curso trouxe à tona várias situações que evidenciam violação aos direitos humanos e a gramática social da desigualdade, tão recorrente no Brasil. Jessé Souza (2004, 2009) reflete acerca do processo histórico de naturalização das desigualdades e produção de subcidadãos no Brasil. Souza (2004) desenvolve uma tese que pretende explicar o porquê nos “confrontamos com solidariedades verticais, baseadas em critérios de favor e subcidadania para a maior parte da população e no abismo material e valorativo entre as classes e os grupos sociais que compõem nossa sociedade”. Já quando justifica a utilização do termo ralé em seu livro “Ralé brasileira: quem é e como vive” (2009), explica que sua intenção não é

ofender essa classe social tão sofrida e humilhada, mas para provocar e chamar a atenção para o abandono social e político “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais [...]. (SOUZA, 2009, p. 21)

Os argumentos de Souza quanto à caracterização daqueles que Freire nomeou “esfarrapados do mundo”, são sujeitos com percursos sociais próprios, sujeitos dos direitos humanos. Arroyo (2007) alerta a respeito da urgência de mudarmos o olhar a respeito desses sujeitos, reconhecendo suas trajetórias perversas de exclusão social, “de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência”. (p. 24)

3 A REINVENÇÃO DA PRÁXIS ALFABETIZADORA DE FREIRE

O diálogo com outros fundamentos teóricos por meio do curso cumpre uma tarefa que Paulo Freire impôs aos educadores: não repeti-lo, mas reinventá-lo.

A experiência com a alfabetização de jovens, adultos e idosos numa perspectiva freiriana foi apresentada em diálogo com as contribuições do construtivismo e do socioconstrutivismo. A reinvenção da metodologia freiriana inclui as contribuições de Ferreiro, Teberosky e de Vigotsky na intenção de superar o trabalho com a silabação, com viés cartilhesco.

Sobre a construção da escrita, as contribuições da Psicogênese da língua escrita de Ferreiro e Teberosky, foram apresentadas para evidenciar que existe um percurso de construção do sistema de escrita alfabético que vai muito além do aprendizado estanque de letras, sílabas e palavras. Tanto crianças quanto adultos constroem hipóteses sobre a escrita, independente de nível socioeconômico, tal perspectiva desloca a centralidade do como ensinar (métodos) para como o educando aprende e quais conhecimentos já construiu, até antes de acessar a escola. A capacidade de aprendizagem do ser humano não poderia mais ser menosprezada ou justificadas por teorias do déficit, já que indistintamente, todos os seres humanos são dotados da capacidade de pensar, refletir e construir hipóteses muito peculiares a respeito da escrita.

O papel do professor é primordial, no sentido de realizar as mediações e intervenções adequadas para que haja avanços nas hipóteses de escrita, o que exige planejamento, cuidado e compromisso com o desenvolvimento do educando, um dos princípios que Freire bem ressalta em Pedagogia da Autonomia.

O trabalho com as práticas de escrita no processo de alfabetização constitui um grande desafio para o educador, principalmente porque não se pode mais admitir escritas mecânicas, desvinculadas do trabalho com o texto e o contexto. A princípio, o educador vai se deparar com certa resistência do educando, já que ele não escreve convencionalmente e vai dizer à professora que não sabe escrever. No entanto, o processo de construção da escrita envolve reflexão e criação de hipóteses sobre como se escreve, por parte do educando. Assim ele já é portador de um conhecimento prévio, que deve ser levado em consideração em todo o processo de construção da base alfabética. Sabendo disso o educador vai encorajá-lo a colocar no papel “do jeito dele”, o que possibilitará conhecer a hipótese de escrita com a qual está trabalhando naquele momento, tendo em conta a Psicogênese da língua escrita.

A partir daí o professor planejará um trabalho sistemático para que o educando descubra a relação fonema e grafema, por meio de listas do mesmo campo semântico e crachás, por exemplo. As convenções da escrita serão trabalhadas durante todo o processo de produção de textos. Para tal, tanto educadores quanto educandos, devem ter lucidez quanto às questões: Escrever para quê? Escrever o quê? Escrever como? O papel do professor, nesse processo de acompanhamento do desenvolvimento da escrita do educando é contínuo, exigindo planejamento, problematização e intervenções pontuais para que o educando avance em suas hipóteses sobre a escrita. Dificilmente isso ocorrerá se o professor ficar como expectador, sem planejar atividades e situações didáticas, sem selecionar recursos e sem fazer intervenções para provocar reflexões sobre a escrita.

Nesse sentido, as reflexões a respeito do papel das múltiplas linguagens na alfabetização evidenciam a necessidade da arte nas práticas educativas, o que remete à leitura de Mészáros (2006) em seu conceito de educação estética, que, segundo ele, é uma tentativa de enfrentar a “desumanização dos processos educacionais na sociedade capitalista”. Tal sociedade cria homens rudes, cujos sentidos físicos e mentais são capturados pela lógica capitalista do “ter” se sobrepondo ao “ser”, a que Mészáros denomina, apoiado em Marx, de “alienação capitalista de todos os sentidos” que precisa ser superada para produção do homem “na total riqueza de sua essência, o homem

plenamente rico e profundo”. Penso que tais contribuições cabem perfeitamente na acepção freireana de educação como contributo à humanização e construção de um outro modelo de sociedade.

A situação de violação de direitos humanos, nega ao homem a possibilidade de viver a vida em sua plenitude, retira-lhe a sensibilidade para apreciar o belo, seja na natureza, em algum espetáculo ou obra de arte, já que os anseios e preocupações pela sobrevivência imediata tiram-lhe essa oportunidade. A escola democrática percebe essa lacuna e tenta trabalhar na contramão de uma sociedade que ainda vê a educação como preparação para o mercado de trabalho, não valoriza a cultura e a arte e despreza as ciências humanas e sociais. Essa é a triste realidade que vivemos hoje no Brasil. Heller (1994) apud Duarte (2010, p. 155) expõe que “a arte por si só não pode humanizar a vida, porém quando se tem a necessidade de humanizar a própria vida e a dos demais também em outros níveis – o nível político, moral etc., a arte proporciona um parâmetro e cumpre a função de apoio sentimental e intelectual para operar a transformação”.

Mészáros expõe que a “rudeza” não é uma fatalidade da natureza, mas é artificialmente produzida nas condições do capitalismo e afirma que o remédio não pode estar divorciado do mundo real dos homens e dos processos sociais, coadunando com Freire no que diz respeito à cotidianidade, de suma importância para o educador, pois é onde se fundam as resistências dos oprimidos.

A perspectiva freiriana parte do princípio de que se educa com o corpo inteiro, com sensibilidade, afetividade e emoção. Muito interessante são as rodas de conversa com os educandos como momento cultural para socialização de leituras, passeios, espetáculos, filmes...

Outra questão são os conteúdos, os materiais e metodologias utilizadas considerarem os direitos humanos e os programas propiciarem um ambiente capaz de vivenciá-los. Nessa direção, é necessário pensar nos materiais disponíveis, os quais podem ter finalidade didático-pedagógica significativa e ainda contemplar temáticas de interesse imediato dos educandos, estimulando-os à participação, desde as crianças da educação infantil aos jovens, adultos e idosos da Eja.

Tais ações são necessárias a uma educação libertadora e ao fortalecimento das contribuições freireanas ao processo de leitura que ultrapasse as barreiras impostas por práticas tecnicistas e autoritárias, já que “[...] uma educação progressista jamais pode [...],

em nome da ordem e da disciplina, castrar a altivez do educando, sua capacidade de opor-se e impor-lhe um quietismo negador do seu ser” (FREIRE, 2000, p. 33).

Na perspectiva de que todos são sujeitos de direitos, a atitude participativa será decisiva na garantia dos mesmos. Dessa forma, ocupar espaços de participação existentes e criar outros, dentro e fora da escola, é um exercício que precisa ser apreendido no ambiente educativo da sala de aula.

Freire aduz que a democracia, antes de ser forma política, é forma de vida, caracterizada por forte dose de “transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe.” (FREIRE, 1967, p. 81). A participação se coloca como cerne do processo de democratização e foi essa noção que guiou a defesa da educação como prática da liberdade.

O educador progressista terá o comprometimento necessário ao ato de ensinar, condição que suscitará a produção de criativas e produtivas aulas já que, como nos ensina Freire (2002, p. 38) “o espaço pedagógico é um texto para ser permanentemente lido, interpretado, escrito e reescrito. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no trato deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola”. A educação humanista, proposta por Freire, parte do compartilhar a leitura do mundo para a construção e reconstrução de conhecimentos e não sua acumulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão nos conteúdos e reflexões sobre as aulas do curso “Como alfabetizar com Paulo Freire” permite afirmar que as abordagens foram unânimes em reafirmar a autenticidade da práxis libertadora no processo de alfabetização para construção de saberes da resistência.

As aulas dialogam entre si a partir de uma mesma semântica, concretizar nas práticas pedagógicas os princípios freirianos de uma educação como prática da liberdade. As práticas alfabetizadoras propostas partem sempre de uma unidade com sentido, o texto. O texto condensa todos os elementos necessários ao trabalho com a alfabetização. Para muito além de letras, sílabas, palavras e frases, a alfabetização por meio dos textos, agrega sentido a esses elementos que devem ser explorados, cada um em suas

particularidades, mas envolvidos no contexto maior de discussão de seus sentidos. Tal contexto abarca todo um conjunto de leituras que o texto permite, desde a distinção das características do gênero até suas intencionalidades. Esse é um processo muito interessante que só tem possibilidade na interação e no diálogo entre educador e educando.

Partindo da proposição inicial de analisar as práticas alfabetizadoras propostas e os pressupostos do curso “Como Alfabetizar com Paulo Freire”, conclui-se que a práxis libertadora em Freire é uma profícua construtora de saberes da resistência. Saberes necessários em nosso contexto atual, tendo em vista os ataques à educação pública, à concepção freireana de educação, à democracia e à classe trabalhadora. Tais saberes envolvem a leitura do mundo e a leitura da palavra e a convicção de que “mudar é difícil, mas é possível”. E esse campo de possibilidades é um alento e uma aceno esperançoso para uma atuação rumo ao mundo que queremos. Decerto um mundo que seja o oposto dos tempos obscuros que estamos vivendo, nos quais, o exercício crítico da resistência de cada sujeito é necessário.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19-50

BETTO, Frei. Paulo Freire: leitura do mundo. In BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**. Coletânea de Textos - Módulo 3.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues BEZERRA, Aida (Orgs). **A questão política da educação popular**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUARTE, Newton. Arte e formação humana em Vigotski e Lukács. DUARTE, Newton; DELLA FONTE, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana**: sete ensaios de pedagogia histórico-crítica. Campinas SP: Autores Associados, 2010. p. 145-163

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Novos Olhares sobre alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama Educação. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em dez. de 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Curso “Como alfabetizar com Paulo Freire“. Produção: EaD Freiriana, São Paulo: Coordenação Geral: Paulo Roberto Padilha, 2019. (16) Videoaulas.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MÉSZÁROS. Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PADILHA, Paulo R. (Org.). **Caderno de formação: como alfabetizar com Paulo Freire**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

ROSSATO, Ricardo. Práxis. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 574-576

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 19 Nº. 54, Fevereiro/2004, p. 79-96